

Edição 4318 | 20 de outubro de 2017

LEIS

LEI N.º 8.845, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Ratifica reformulação do quadro de empregos públicos e salários da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiai.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 10 de outubro de 2017, PROMULGA a seguinte Lei:-

Art. 1º Fica ratificada a Primeira Alteração do Protocolo de Intenções. convertido em contrato de Consórcio Público, da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiai - ARES-PCJ, para acréscimos e supressões no Anexo I do citado Protocolo, conforme autorizado na 12ª Assembleia Geral Ordinária da ARES-PCJ.

Art. 2º Fica fazendo parte integrante desta Lei o Anexo I - Quadro de Empregos Públicos e Salários, do Protocolo de Intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiai - ARES-PCJ, ratificado nos termos da Lei nº 8.266, de 16 de julho de 2014.

Parágrafo único. Os acréscimos de empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão providos mediante concurso público.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da ARES-PCJ.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ FERNANDO MACHADO

Prefeito Municipal

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Unidade de Gestão de Negócios Jurídicos e Cidadania da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezessete.

FERNANDO DE SOUZA

Gestor da Unidade de Negócios Jurídicos e Cidadania -Secretário Municipal

1 - RELAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS CRIADOS

Os empregos públicos relacionados serão providos por Processos Seletivos Público de provas e títulos, com exceção dos empregos comissionados de Diretor Geral, Diretor Técnico Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro, de livre indicação do Presidente da Agência Operacional e Direcor Administrativo e i insulación de Reguladora PCJ, submetido à aprovação da Assembleia Geral.

Nº de Vagas	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Referència Salarial Inicial
1	Diretor Geral	40 horas	150
1	Diretor Técnico-Operacional	40 horas	148
1	Diretor Administrativo e Financeiro	40 horas	148
3	Procurador Jurídico	40 horas	120
2	Ouvidor	40 horas	110
5	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Engenharia Civil / Sanitária)	40 horas	110
5	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Engenharia Ambiental)	40 horas	110
4	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Biologia)	40 horas	110
6	Analista de Fiscalização e Regulação (Área - Contábil / Economia / Administração)	40 horas	110
8	Assistente Administrativo	40 horas	60
3	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	20

2 - DEFINIÇÃO DAS HABILITAÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

EMPREGO: Diretor Gera

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 150

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção executiva em

serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a Agência Reguladora PCJ.

EMPREGO: Diretor Técnico-Operacional

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 148

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção executiva em serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a Agência Reguladora PCJ.

EMPREGO: Diretor Administrativo e Financeiro

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 148

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e comprovado conhecimento e experiência profissional de pelo menos 2 (dois) anos em cargo de direção executiva em serviços municipais de saneamento básico ou em entidade de atuação regional conveniada com a Agência Reguladora PCJ.

EMPREGO: Procurador Jurídico

REFERÈNCIA SALARIAL BASE: 120

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

EMPREGO: Ouvidor

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Jornalismo ou Cor Social, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional, quando

EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Engenharia Civil / Sanitária

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Engenharia Civil ou Sanitária com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Engenharia Ambiental

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Engenharia Ambiental com o registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área de Biologia REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Biologia com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

EMPREGO: Analista de Fiscalização e Regulação - Área Contábeis/Economia/Administração

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 110

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo em Ciências Contábeis, Ciên Econômicas ou Administração com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissi

EMPREGO: Assistente Administrat REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 60

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino médio ou técnico, completo

EMPREGO: Auxiliar de Serviços Gerais

REFERÊNCIA SALARIAL BASE: 20

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino fundamental completo.

3 - TABELA DE NÍVEL DE REFERÊNCIA SALARIAL

Nivel 1	Salário	Nivel	Salário	Nível	Salário	Nivel	Salário
1	510,00	46	1.243,31	91	3.031,00	136	7.389,12
2	520,2	47	1.268,17	92	3.091,62	137	7.536,91
3	530,6	48	1.293,54	93	3.153,45	138	7,687,65
4	541,22	49	1.319,41	94	3.216,52	139	7.841,40
5	552,04	50	1.345,79	95	3.280,85	140	7.998,23
6	563,08	51	1.372,71	96	3.346,46	141	8.158,19
7	574,34	52	1.400,16	97	3.413,39	142	8.321,35
8	585,83	53	1.428,17	98	3.481,66	143	8,487,78
9	597,55	54	1.456,73	99	3.551,29	144	8.657,54
10	609,5	55	1.485,87	100	3.622,32	145	8.830,69
11	621,69	56	1.515,58	101	3.694,77	146	9.007,30
12	634,12	57	1.545,89	102	3.768,66	147	9.187,45
13	646,8	58	1.576,81	103	3.844,03	148	9.371,20
14	659,74	59	1.608,35	104	3.920,92	149	9.558,62
15	672,93	60	1.640,52	105	3.999.33	150	9.749.79
16	686,39	61	1.673,33	106	4.079,32	151	9.944,79
17	700,12	62	1.706,79	107	4.160,91	152	10.143,68
18	714,12	63	1.740,93	108	4.244,13	153	10.346,56
19	728,41	64	1.775,75	109	4.329,01	154	10.553,49



Edição 4318 | 20 de outubro de 2017

LEIS

20	742,97	65	1.811,26	110	4.415,59	155	10.764,56
21	757,83	66	1.847,49	111	4.503,90	156	10.979,85
22	772,99	67	1.884,43	112	4.593,98	157	11.199,45
23	788,45	68	1.922,12	113	4.685,86	158	11.423,44
24	804,22	69	1.960,57	114	4.779,57	159	11.651,91
25	820,3	70	1.999,78	115	4.875,17	160	11.884,95
26	836,71	71	2.039,77	116	4.972,67	161	12,122,65
27	853,44	72	2.080,57	117	5.072,12	162	12.365.10
28	870,51	73	2.122,18	118	5.173,56	163	12,612,40
29	887,92	74	2.164,62	119	5.277,04	164	12.864,65
30	905,68	75	2.207,92	120	5.382,58	165	13.121,95
31	923,79	76	2.252,07	121	5.490,23	166	13.384,38
32	942,27	77	2.297,12	122	5.600,03	167	13.652,07
33	961,12	78	2.343,06	123	5.712,03	168	13,925,13
34	980,34	79	2.389,92	124	5.826,27	169	14.203,67
35	999,94	80	2.437,72	125	5.942,80	170	14.487,69
36	1019,94	81	2.486,47	126	6.061,66	171	14.777,44
37	1.040,34	82	2.536,20	127	6.182,89	172	15.072.99
38	1.061,15	83	2.586,93	128	6.306.55	173	15.374,44
39	1.082,37	84	2.638,66	129	6.432.68	174	15.681,92
40	1.104,02	85	2.691,44	130	6.561,33	175	15.995,55
41	1.125,10	86	2.745,27	131	6.692.56	176	16.315,46
42	1.148,62	87	2.800,17	132	6.826.41	177	16.641,76
43	1.171,59	88	2.856,17	133	6.962,94	178	16.974,59
44	1.195,03	89	2.913,30	134	7.102,20	179	17.314,08
45	1.218,93	90	2.971,56	135	7.244,24	180	17.660.36

4 - PROGRESSÕES SALARIAIS

- 4.1 O avanço de um nivel de vencimento para outro, dar-se à dentro das condições do Plano de Carreira a seguir, através de Progressão Vertical.
- 4.2 Por Progressão Vertical entende-se a elevação do nível de vencimento em que se encontra o empregado do Quadro Geral, para o imediatamente superior, sempre dentro do mesmo emprego.

4.3 - O empregado poderá progredir verticalmente através dos seguintes métodos:

- a) progressão vertical por tempo de serviço: é a progressão do emprego conforme seu tempo de emprego público e será realizada no mês em que o empregado completar cada ano de efetivo exercício no emprego a primeira progressão vertical por tempo de serviço será efetuada a partir do contrato de experiência;
- b) progressão vertical por tituloção: é a contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do emprego para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, a primeira progressão vertical por titulação será efetuada a partir da conclusão do período do contrato de experiência.
- 4.4 A progressão vertical por titulação dar-se-á por titulação do empregado obedecendo aos seguintes critérios de progressão:
- a) de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluido curso de Ensino Fundamental, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- b) de um nível no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Essino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- de dols níveis no emprego por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- d) de três níveis no empregado por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego do empregado;
- e) de quatro níveis no emprego por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;
- f) de cinco níveis no emprego por uma única vez, por ter concluido curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado.
- 4.5 Para fazer a análise da correlação da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Diretor Administrativo e Financeiro, nomeará uma comissão de três empregados da Agência Reguladora PCJ, que terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para emitir um parecer.
- 4.6 É vedada a progressão do empregado durante o período do contrato de experiência.
- 5 ALTERAÇÃO DO QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS E REAJUSTES/REVISÕES SALARIAIS
- 5.1 –Ficam delegados à Assembleia Geral da ARES-PCJ os poderes e competências para avaliação de eventuais necessidades futuras de alteração no Quadro de Cargos e Salários, bem como atribuição para aplicação de reajustes/revisões dos valores salariais deindos no presente Anexo I, do Protocolo de Intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiai (Agência Reguladora PCJ).

CIJUN

COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ – CIJUN
C.N.P.J. N°. 67.237.644/0001-79
NIRE N°. 35.300.132.432
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: Aos 31 (trinta e um) dias de julho de 2017, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Avenida da Liberdade S/Nº. -Paço Municipal – Jardim Botânico, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, CEP: 13.214-900. CONVOCAÇÃO E ANÚNCIO: Convocação conforme Edital publicado no Diário Oficial do Estado nos dias 18, 19 e 20 de julho de 2017, na Imprensa Oficial do Município de Jundiaí-SP nos dias 14, 19 e 21 de julho de 2017 e no Jornal de Jundiaí nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2017. **QUÓRUM DE INSTALAÇÃO**: Presentes acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. Presença do Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretora Jurídica da CIJUN, respectivamente, Sr. Amauri Marquezi de Luca, Jose Luiz Ferragut e Beatriz Bevilacqua D'Auria. COMPOSIÇÃO DA MESA DOS TRABALHOS: Presidente da Mesa senhor Thiago Maia Pereira e Secretário senhor José Antonio Parimoschi. ORDEM DO DIA: 1) Eleger novo membro para o Conselho de Administração, em decorrência do falecimento do Conselheiro Clovis Marcelo Galvão, ocorrido no último dia 02 de julho de 2017; 2) Eleger, conforme previsto no Artigo 13º do Estatuto Social, mais um membro para o Conselho de Administração e 3) Outros assuntos de interesse social. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS: 1) ELEIÇÃO DO NOVO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Para compor o Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao Conselheiro Clovis Marcelo Galvão, falecido no último dia 02 de julho de 2017, foi eleita, por unanimidade dos presentes, a Senhora SIMONE ZANOTELLO DE OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, Bacharel em Direito, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 23.123.069-2 e do CPF nº 155.069.498-71, domiciliada à Av. da Liberdade, s/n, Bairro Jardim Botânico, em Jundiaí, Estado de São Paulo; 2) ELEIÇÃO DE MAIS UM MEMBRO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Por unanimidade dos presentes, e por indicação do acionista majoritário, foi também eleito para compor o Conselho de Administração, com fulcro no artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, o Senhor AMAURI MARQUEZI DE LUCA, nacionalidade brasileira, Administrador, casado, portadora da cédula de identidade RG nº 10.136.574 e do CPF nº 001.397.648-60, domiciliado à Av. da Liberdade, s/n, Bairro Jardim Botânico, em Jundiaí, estado de São Paulo; 3) OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE SOCIAL: Não houve manifestação dos presentes. **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**: Os membros do Conselho de Administração eleitos nesta assembleia declaram, sob as penas da lei, conforme Declaração de Desimpedimento anexa a presente Ata, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso e como não houve manifestação foi encerrada a presente reunião, da qual foi lavrada a presente ata, em forma sumária, que após lida e achada conforme, foi por todos os presentes, aprovada e assinada. Jundiaí, 31 de julho de 2017. A PRESENTE CONFERE COM A ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO ONDE AS ASSINATURAS DOS PRESENTES ESTÃO APOSTAS. JOSE ANTONIO PARIMOSCHI - Secretário da Mesa. THIAGO MAIA PEREIRA - Presidente da Mesa. Registrada na Jucesp sob nº. 414.963/17-9, em 13 de Setembro de 2017 por Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

